



Estratégia

OAB

SIMULADO DE 2ª FASE

OAB

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITO CONSTITUCIONAL

PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

Informações gerais

- Essa prova é focada na 2ª fase do XXXI Exame de Ordem da OAB;
- A peça prático-profissional e as questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, incluso o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Se possível realize a transcrição dos textos respostas para um outro papel, respeitando o número de linhas, assim poderá exercitar o seu tempo.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo, sua peça e suas questões.
- A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia OAB no YouTube, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

Siga as nossas Redes Sociais

Estratégia OAB no YouTube
[instagram.com/estrategia OAB](https://www.instagram.com/estrategia_oab/)



ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 2ª Fase do XXX Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! => O objetivo é difundi-lo ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito, não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

O Município Beta, situado no Estado Y, devido ao crescimento do comércio, passou a receber um maior número de turistas. Diante do intenso fluxo de carros e acidentes ocasionados, visando evitar o agravamento desse quadro, a Câmara Municipal aprovou e o Prefeito Municipal sancionou a Lei nº 0101/2020 que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de cinto de segurança nas vias urbanas e proíbe os menores de 10 (dez) anos de viajar nos bancos dianteiros dos veículos. E ainda, proíbe o transporte remunerado de passageiros por meio do uso de aplicativos, objetivando diminuir a quantidade de carros nas ruas. A justificativa utilizada foi que a Lei Orgânica local dispõe sobre a necessidade de garantir a segurança dos usuários no trânsito. O Partido Político União, que somente conta com representantes na Câmara dos Deputados, entendeu que a Lei nº 0101/2020 seria dissonante de comandos estruturais da Constituição da República Federativa do Brasil. Considerando a situação narrada, na condição de advogado (a) do partido político União, utilizando-se do instrumento constitucional adequado, elabore a medida judicial cabível. (Valor: 5,00)

Observação: o examinando deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.



Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	

32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	

63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	

94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	

125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 1

A Lei nº 222, promulgada em 1985, possui todos os dispositivos em consonância material e formal com a Constituição de 1967, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1/1969. Porém, o STF constatou, em sede de recurso extraordinário, que depois da atuação do Poder Constituinte Originário, que deu origem à Constituição de 1988, o art. 1º da mencionada Lei deixou de apresentar suporte material na atual ordem Constitucional. Considerando essa situação hipotética, responda fundamentadamente os itens a seguir.

- a) É possível afirmar que o STF fez o juízo de constitucionalidade pelo controle difuso?
- b) Com relação à Constituição anterior, seria possível aplicar o fenômeno da desconstitucionalização?



Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 2

Em 2020, uma pandemia assombrou o mundo. Como tentativa de parar o vírus altamente contagioso algumas medidas foram tomadas, como a decretação do Estado de Calamidade Pública em âmbito federal. O seu reconhecimento objetiva autorizar ao presidente que ultrapasse os limites previstos nas previsões orçamentárias e desobedeça às metas fiscais para custear ações emergenciais de combate à pandemia. Diante da situação, o Ministro da Saúde e os Governadores de estados tomaram diversas providências de caráter excepcional. Muitas das medidas atingem direitos fundamentais, como o direito de reunião e o de locomoção, visto a necessidade de isolamento e a chamada quarentena.

- a) É possível afirmar que as medidas citadas que atingem direitos fundamentais estão eivadas de inconstitucionalidade?
- b) Os direitos fundamentais, a exemplo do direito reunião e da liberdade de locomoção, se revestem de caráter absoluto?



Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 3

Após muita discussão e pressão da sociedade sobre brechas nos tipos penais existentes, o Presidente da República dispôs, mediante decreto, acerca da criação de um novo tipo penal. O Congresso Nacional, entendendo que o Decreto é inconstitucional resolveu tomar uma medida para impedir a criação do novo tipo penal.

- a) Qual a medida a ser adotada pelo Congresso Nacional?
- b) É possível afirmar que o Presidente da República pode criar um novo tipo penal por meio da edição de medida provisória?



Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 4

Preocupado com a concorrência de eletrodomésticos produzidos nos Estados Unidos e com o saldo da balança comercial, o Presidente da República, no dia 2 de maio, editou medida provisória determinando o aumento da alíquota do imposto sobre produtos industrializados (IPI) para os produtos provenientes daquele país. Entretanto, passados 30 (trinta) dias, o Congresso Nacional rejeitou a medida provisória, não a convertendo em lei. Com base no caso acima, responda fundamentadamente os itens a seguir.

- a) É correto afirmar que, após a rejeição, a medida provisória terá eficácia por mais 30 (trinta) dias?
- b) Com a perda da eficácia da medida provisória, é possível que o Presidente da República, mediante relevância e urgência, venha a reeditá-la na mesma sessão legislativa



Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	